

**Governmentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências”
fomentam a produção do *homo œconomicus***

Marcelo Puzio¹

Pablo Ornelas Rosa²

RESUMO

Esse artigo é resultado de pesquisas realizadas por ambos os autores junto ao Núcleo de Estudos sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação, vinculado a Faculdade Sagrada Família – FASF, que vão ao encontro das abordagens foucaultianas realizadas por Nikolas Rose sobre a emergente racionalidade neoliberal estadunidense que, ao se amparar no campo da administração empresarial, acaba governamentalizando a população a partir de tecnologias de poder legitimadas pelas chamadas “psico-ciências”. Segundo os autores, a produção dessa nova governamentalidade não ocorre exclusivamente através de poderes opressores e disciplinares, mas também por meio do investimento nos *selfs* que perpassam a inserção de tecnologias psicológicas amparadas em um conjunto de ações programadas, que agem sob a forma de tarefas, programas, autoanálises, rastreamento de potenciais e gerenciamentos, incidindo concomitantemente sobre os indivíduos e sobre a população. Ao pressupor que a governamentalização dessa racionalidade neoliberal estadunidense abarca certas tecnologias de poder perpassadas pelas “psico-ciências” foi possível constatar a emergência de práticas de subjetivação que fomentam a produção de um *homo œconomicus*, que age e pensa sempre em termos de ganhos, baseados no “empreendedorismo de si” e no *marketing* pessoal, conforme apontou Michel Foucault em suas aulas no *Còllege de France* intituladas *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica*.

PALAVRAS-CHAVE: Governamentalidade, Biopoder, Racionalidade Neoliberal, Tecnologias do *Self*.

¹ Marcelo Puzio é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e graduando em Filosofia pela Instituição de Ensino Superior Santana. Atualmente é professor de Filosofia e integrante do Núcleo de Estudos Sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação da Faculdade Sagrada Família – FASF, em Ponta Grossa/PR.

² Pablo Ornelas Rosa é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS na Universidade Federal do Paraná – UFPR e é professor de Sociologia e Ciência Política, coordenador do curso de graduação em Ciências Sociais e coordenador do Núcleo de Estudos Sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação na Faculdade Sagrada Família – FASF, em Ponta Grossa/PR.

Introdução

A questão do governo das populações e das práticas de gerenciamento das condutas dos indivíduos tomaram novos rumos a partir da década de 1970 quando algumas análises genealógicas sobre o poder começaram a emergir no cenário francês e internacional, principalmente, a partir das aulas proferidas por Michel Foucault (2008a; 2008b) no *Còllege de France*, intituladas *Segurança, Território, População e Nascimento da Biopolítica* que trouxeram importantes contribuições acerca do entendimento de uma nova dinâmica das técnicas de governo que não estavam mais atreladas à imposição diretiva da lei e do contrato exclusivamente institucionalizado como formas de manter a soberania do Estado ou de qualquer outra instituição.

Mais importante que explicar a composição da soberania de um Estado seria compreender, conforme Michel Foucault, a formação de uma ampla “governamentalidade” nos tempos modernos. Em seus termos, esta figura política diz respeito a um conjunto de estratégias e procedimentos de poder emergentes nos séculos XVII e XVIII, que toma como alvo os indivíduos e as populações, utilizando-se de dispositivos de saúde e segurança e apoiando-se na economia política como forma predominantemente de conhecimento, tendo a multiplicar uma série de aparelhos e saberes específicos relativos às práticas de governo (PRADO FILHO, 2000: 142).

O legado da analítica foucaultiana trouxe ao campo acadêmico uma série de elementos que foram reelaborados em especial por Nikolas Rose (2011), que passou a constatar a emergência de uma nova forma de gestão contemporânea que se desenvolvia a partir da governamentalização dos *selves* advindas de tecnologias de poder operados por meio da captura dos indivíduos e populações através de uma racionalização pensada em termos de ganhos. Não obstante, é imprescindível constatar que essas tecnologias passaram a serem operadas, do ponto de vista do indivíduo, através do disciplinamento e, do ponto de vista da população, por meio daquilo que Foucault chamou de biopolítica.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2000: 289).

Essa governamentalização ascendente que passou a agir por meio da junção de técnicas de apreensão do sujeito individualmente e de sua subjetividade, colocando no centro seu aspecto psicológico, proporciona observações, análises e inscrições sobre ele,

procurando criar dispositivos para potencializar o rendimento de seu desempenho funcional. Deste modo, a mudança ocorrida no perfil do gerenciamento administrativo das grandes empresas e corporações passou a ocorrer por meio da hibridização de técnicas advindas dos saberes psicológicos que se transformou em novos dispositivos de governamentalidade presentes das democracias liberais hodiernas.

Ao pressupor que tanto Foucault (2008a; 2008b) quanto Rose (2011) constatou a emergência desses dispositivos operados através de graus de inteligência, interesse e estilo de condutas previsíveis que atuam no reforço da ideia de que os corpos são empreendimentos de suas próprias ações, procuramos entender como essa nova racionalidade presente no neoliberalismo estadunidense incide sobre a população e sobre os indivíduos a partir de técnicas da administração empresarial, corroboradas e legitimadas por aquilo que Rose (2011) denominou de tecnologias do *self*, presentes em distintos campos da saúde mental, provocando uma modificação na cultura organizacional e transformando a imagem que temos de nós.

Portanto, partiremos do pressuposto de que não estamos mais presos a racionalidades amparadas em distintos exercícios de poderes que se propagam através de estratégias que abarcam somente deveres e obrigações; agora, passamos a governamentalizar a necessidade de reivindicação por mais direitos e liberdades, já que *“as formas de razão política que, no fim dos anos 1980, aspiraram a criar uma cultura de empreendedorismo, conferiram um valor político vital a uma certa imagem do ser humano”* (ROSE, 2011: 210).

Uma nova racionalidade empreendedora

A emergência dessa nova razão empreendedora se sobrepõe ao poder de coerção do Estado soberano, passando a incorporar tecnologias disciplinares concomitantemente àquilo que Foucault chamou de biopolítica, tendo como inspiração a formação de um sujeito produtor de si mesmo que transforma seu corpo em um material humano de investimentos através de um esforço que cultiva o fortalecimento de um *self* empreendedor para cada indivíduo.

O *self* deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar a autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha (ROSE, 2011: 210).

Essa maneira como o conceito de *self* se insere na cultura administrativa, demonstra como as técnicas psicológicas foram sendo introduzidas como dispositivos

que observam, analisam e agem sobre a subjetividade, transformando o gerenciamento do sujeito em desenvolvimento e incentivo de uma procura constante pela ênfase de sua autonomia e investimento em si. Todavia, o que nos chama a atenção nesse ponto, é a constituição de uma forma singular de gerenciamento sobre os sujeitos, que nessa perspectiva do *self*, procura realçar as responsabilidades provocadas pelas ações individuais, “autônomas”, e assim, podendo agir em duas frentes: direcionando metas para o alcance de seus objetivos individuais e reconhecendo seus resultados e falhas.

Essa emergente racionalidade administrativa contemporânea acaba discursando, criando e proporcionando aos indivíduos um poder de “escolha” que passa a alimentar em termos de ganhos uma somatória que supostamente compõe o seu capital humano. Nesse sentido, a configuração do exercício do poder que Foucault (2000; 2008a; 2008b) apontou na sua contemporaneidade, enquadra-se nessa perspectiva, uma vez que para ele, o poder não pode ser pensado restritamente a partir de sua função de repressão e negação da subjetividade dos que estão sobre sua ação.

O poder para Foucault (2000; 2008a; 2008b) é pensado nessa ótica neoliberal estadunidense a partir dos campos administrativos, que almejam apreenderem a subjetividade de cada indivíduo através de seu gerenciamento e modelagem, investindo sobre eles características de uma produtividade institucional. Deste modo, a emergência da compreensão dos sujeitos como dotados de um *self*, ou seja, de uma subjetividade singular, demonstra como essa nova governamentalidade emergente se exerce em forma de apreensão deste e, posteriormente, de sua regulação através da liberdade.

Esse dispositivo que apreende o indivíduo e o induz a pensar em termos de ganhos sobre sua vida, é utilizado como recurso das novas formas de cálculos e estratégias administrativas contemporâneas, localizadas por Foucault (2008b) nesta nova racionalidade neoliberal estadunidense que prepondera às demais relações econômicas encontradas na contemporaneidade, responsáveis pela produção de um sujeito cognominado pelo autor de *homo œconomicus*.

Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social. O *homo œconomicus* e a sociedade civil são portanto dois elementos indissociáveis. O *homo œconomicus* é, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil. Ou ainda: a sociedade civil é o conjunto concreto no interior do qual é preciso recolocar esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder administrá-los convenientemente. Logo, *homo œconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo

conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal (FOUCAULT, 2008b: 403).

Para Rose (2011), essas tecnologias constatadas por Foucault (2000; 2008a; 2008b) são operadas através de formas administrativas que passam a serem tratadas como uma espécie de orquestração calculada das atividades dos seres humanos sob uma racionalidade prática dirigida a certos objetivos, uma vez que elas procuram tanto maximizar certas capacidades dos indivíduos quanto restringir drasticamente outras, por meio da governamentalização daqueles tipos conhecimentos tidos como superiores, tais como o médico, o pedagógico, o psicológico, etc., visando determinados fins em termos de responsabilidade, disciplina e diligência. Nesse sentido, a racionalidade administrativa emergente procura transformar a racionalidade prática de execução de tarefas, com aproximações de bem-estar e potencialização de seus conhecimentos e proveitos, gerenciados para determinados fins.

As “psico-ciências” como dispositivos da racionalidade neoliberal estadunidense

As ciências “psi” se constituíram nas sociedades modernas através de discursos de intervenção sobre indivíduos representados como “anormais”. Nesse processo heterogêneo que mesclava saber e poder, essas ciências forjaram práticas de apreensão do corpo, especificamente no que se referia à cura da doença mental e o controle da subjetividade. No entanto, essa racionalidade cientificista passou a se instrumentalizar através de métodos que a legitimavam formando um saber normativo que passou a ser incorporado por instituições responsáveis pelo confinamento daqueles sujeitos tidos como “loucos” em âmbito social.

Tempos mais tarde, este campo acabou se ampliando e proporcionando o surgimento da psicologia e da psicanálise que passou a constituir aquilo que denominaremos de campo das “psico-ciências”. Por conseguinte, Foucault (2000; 2000a; 2008b) não apenas constatou o surgimento de mais um saber sobre o indivíduo, como também verificou a emergência de uma nova racionalidade moderna que produzia outros tipos de exercícios do poder amparado no remodelamento do campo “psi”, especificamente em suas práticas de intervenção sobre o corpo, que apareciam também como sintoma do desgaste das sociedades ditas disciplinares em seus exercícios de confinamento e punição.

Foucault (2008a; 2008b) apontou então, que a sofisticação dessas práticas de poder sofreram certas alterações, onde agora seu exercício não estava mais ligado apenas à opressão dos corpos e sua coersão, conforme ocorria na psiquiatria clássica,

mas também e, sobretudo, no gerenciamento, cuidado e investimento sobre ele, denominando essa nova configuração de biopoder.

Esse biopoder foi sendo transformado através de inúmeros discursos e práticas que buscavam se flexibilizar diante das novas doenças mentais emergentes que repercutiram nos campos psi, sobretudo, a partir da necessidade de constituição de outras “tecnologias de cuidado”, que visavam uma abordagem para além da intervenção-opressão.

Dentre essas doenças emergentes, a compulsão e a neurose foram cruciais:

As compulsões e neuroses assinalam o rumo dos saberes psi: flexibilizar as rígidas categorias diagnósticas, tão pertinentes as sociedade disciplinares, apostando na criação de dimensões ou fluxos de transtornos, que propiciam a inclusão ilimitada sob seu governo de outras populações, para além dos considerados “doentes mentais” (SIQUEIRA, 2010:149).

Sendo assim, é possível averiguar a importância do diagnóstico de Foucault (2008a; 2008b) acerca da emergência de uma política do corpo, que tinha como preocupação não apenas reprimir e puni-lo, mas gerenciar indivíduos para o seu bem-estar, procurando imprimir técnicas de autocontrole, através da criação de um *modus operanti* amparado no controle de si e dos outros, uma vez que “os procedimentos da *techne psi* permitem que o mundo invisível e subjetivo do indivíduo seja visualizado e representado em classificações, figuras, gráficos e quocientes” (ROSE, 2011: 127).

O biopoder localizado a partir daquilo que Rose (2011) apontou como *techne psi* não se limita apenas ao campo da psiquiatria, mas, a forma como determinados tecnologias de cuidado e controle foram sendo apropriadas por outros campos que descrevem e intervêm através de diferentes diagnósticos acerca das chamadas “doenças mentais”.

Contudo, essas mudanças ocorridas na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, apontada por Deleuze (2008), trouxeram uma nova apreensão do indivíduo “anormal”, onde agora, ele não mais se destaca pela reclusão em um ambiente asilar, mas, conforme sugere Passetti (2003) e Siqueira (2010), vivem “presos” a céu aberto, andam pelas ruas, sendo reiteradamente convocados a aderirem a tratamentos que ocupam suas vidas, exercendo o autocontrole sobre suas condutas consideradas excessivas.

Em uma citação mais elucidativa sobre como é diagnosticada uma compulsão, podemos entender de que forma o biopoder “psi” age, ou seja, inscrevendo através de

suas próprias normas o que deve ser realçado, estigmatizado, e posto em dúvida sobre o comportamento do sujeito:

As compulsões são descritas na forma de pequenas alterações do comportamento, observadas em condutas menores, mais simples e comuns do cotidiano das sociedades ocidentais como: limpar, comer, beber, verificar, fazer sexo, praticar exercícios físicos, comprar, conectar-se a Internet, etc. (SIQUEIRA, 2010: 151).

Contudo, nosso objetivo aqui, não é abordar a definição da Neurose e Compulsão, ou sujeitos dotados de impulsividade, mas averiguar a nova forma como as “psico-ciências” passaram a operar a partir da segunda metade do século XX, especificamente sobre novas bases de apreensão e intervenção sobre os indivíduos. Procurou-se dar ênfase a relação em que suas práticas sobre esses sujeitos tiveram sobre os ideais da nova governamentalidade neoliberal estadunidense, que busca se legitimar através do gerenciamento pela liberdade, conforme perfilhou Foucault (2008a; 2008b).

Esse novo exercício de poder, operado em termos de captura, e que constitui o ideal de um homem autônomo e ativo economicamente, isto é o *homo aeconomicus*, caracterizado pela racionalidade neoliberal estadunidense que pensa sempre em termos de ganhos, só poderia ser apreendido a partir do exercício de uma nova modalidade de biopoder, que o estimule e potencialize sua ideia de autonomia.

Nesse caminho é que a cultura administrativa passa a operar através de dispositivos psi, de gerenciamento das condutas, que visa não mais disciplinar e oprimir, mas proporcionar ganhos, reconhecimentos e recompensas em saúde mental e qualidade de vida, resultando em um sujeito produtivo e, portanto, um importante capital humano³.

(...) a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos. O que significa que a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar em campos não-econômicos. E graças a esse esquema de análise, a essa grade de inteligibilidade, vai ser possível revelar, em processos não-econômicos, em relações não econômicas, em comportamentos não econômicos, um certo número de relações inteligíveis que não teriam sido reveladas assim – uma espécie de análise economista do não econômico (FOUCAULT, 2008b: 334).

³ A Teoria do Capital Humano foi esboçada por Theodore Schultz, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1979, e desenvolvida por Gary Becker, ganhador deste mesmo prêmio em 1992. Segundo Becker (1993), capital humano é toda a capacidade de conhecimentos, competências e atributos de personalidade consagrados na possibilidade de realização de determinado trabalho de modo a produzir algum tipo de valor econômico. Portanto, são aqueles atributos adquiridos pelo trabalhador através do seu investimento em educação e experiência.

Deste modo, foi possível constatar que a racionalização amparada no empreendedorismo de si só alcançou o atual patamar em decorrência das tecnologias psicológicas que transformaram o sujeito em capital humano, provocando uma profunda alteração nas práticas de racionalidade. Ao constatarmos que a racionalização desta governamentalidade neoliberal estadunidense opera a partir de amplos aspectos da vida social e, principalmente, através da valorização do *self*, foi necessário percebermos que essas tecnologias agem na forma de um conjunto de ações programadas, que incidem diretamente sobre a forma de tarefas, autoanálises, rastreamento de potenciais, e investimentos sobre o indivíduo.

É neste sentido que a linguagem das teorias administrativas vai incorporando discursos e práticas situadas no campo das “psico-ciências” que resultam na governamentalização da racionalidade neoliberal estadunidense, ocasionando certos alinhamentos permeados por técnicas e programas que buscam, através de jargões como: “seja um líder nato”, “tenha ousadia”, “obtenha sucesso”, “seja pró-ativo” entre outros, constituir uma prática de ação de estímulos sobre os indivíduos, responsáveis pela constituição de um sujeito empreendedor, que se utiliza do *marketing* pessoal para alcançar ganhos. Isso nos possibilita verificar como as tecnologias de saber passaram a operar não mais por meio exclusivo da repressão ou do disciplinamento, mas por estímulos e cálculos que visam criar no indivíduo uma racionalidade amparada em uma economia de ganhos e riscos.

Assim, “ter ousadia” como termo para sua conduta, leva-nos a constatar que essas tecnologias de poder prático-discursivos se inserem no campo administrativo, a partir das tecnologias psi, com o propósito de servir de propulsão para atingir fins de excelência, eficiência e competitividade; e assim, possibilitar a conversão disso em resultados de satisfação e realização pessoal, corroborando com a transformação dos indivíduos em capitais humanos.

Para Rose (2011), o *self* empreendedor é tanto um ser ativo quanto um ser calculador que busca aplicar técnicas sobre si que visem ganhos. No entanto, para isso, é imprescindível pensar sempre em termos de cálculos. Assim, essa relação entre práticas empreendedoras e a subjetividade singular de cada um, traz uma sofisticada relação de poder, que não se exerce como restrita apenas as políticas de Estado, mas como mecanismos dispersos para além dele, no intuito de normalizar valores liberais como a riqueza, a eficiência, o progresso, etc.

Conforme Foucault (2006), só conseguimos alcançar o grau de sofisticação acerca das relações de poder na contemporaneidade através de estratégias perpassadas, inicialmente, pela governamentalização do Estado e, posteriormente, pela governamentalização do empreendedorismo de si, corroborado tanto pelas teorias da administração quanto pelas “psico-ciências” emergentes.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2006: 292).

As tecnologias operadas através dessa simbiose, entre dispositivos empreendedores e dispositivos de captura das subjetividades por meio da *techne psi* é apontado por Rose (2011) como uma forma de relação que alinha aspirações políticas a condutas autocompreendidas como livres que, no entanto, estão agindo sobre um jogo coordenado por regulações de investimento destinado a certas produções com fins de lucratividade.

Considerações finais

No caminho percorrido até aqui, procuramos compreender como essa nova racionalidade neoliberal estadunidense foi sendo governamentalizada através de técnicas de subjetivação amparadas nas comumente chamadas “psico-ciências”, que fomentaram a produção de um sujeito empreendedor de si, chamado por Foucault (2008b) de *homo œconomicus*. A produção deste sujeito empreendedor, caracterizado pela governamentalização de uma racionalidade neoliberal estadunidense decorrente de distintas técnicas de subjetivação, tem ocorrido através da produção de verdades amparadas em relações entre saberes e poderes situados no campo das “psico-ciências” que acabam sendo incorporados pelas populações e pelos indivíduos que passam a aplica-las cotidianamente em suas vidas. Deste modo, estes aspectos psicológicos do *self*, que produzem uma sofisticada racionalidade pensada sempre em termos de ganhos, acabam legitimando a racionalização da vida por meio de cálculos que passaram a serem tratados como verdade e validados pela ciência moderna na contemporaneidade.

Nesse sentido, a psicologia organizacional e os demais campos das “psico-ciências” seriam formas de saberes (e poderes) que subsidiariam tais técnicas para certos fins de regulação, gerenciamento, controle.

A psicologia, então, está intimamente ligada à entrada da alma do cidadão na esfera da governamentalidade. O tema aparentemente ‘público’ das racionalidades de governo está fundamentalmente ligado à questão aparentemente ‘privada’ de como devemos nos comportar, como devemos regular a nossa própria conduta, como devemos julgar o nosso comportamento e o dos outros. Esta ligação não tem sido meramente ‘externa’, o governo buscando manipular indivíduos que, do contrário, seriam ‘livres’. Trata-se de uma ligação ‘interna’, na qual a nossa própria constituição enquanto indivíduos ‘livres’ têm sido objetivo e consequência de programas e técnicas de regulação (ROSE, 2011: 77).

Rose (2011), ao constatar que a racionalidade neoliberal estadunidense e as tecnologias das ciências psicológicas estavam se hibridizando, alertou para uma nova forma de apreensão que incide sobre o sujeito por meio de técnicas, tecnologias, estratégias, mecanismos e dispositivos que agem de maneira sutil, através da produção de verdades provenientes de relações entre saberes e poderes que operam e são legitimados pelo campo científico. Todavia, ao tratar dos investimentos, cuidados e regulações dos *selves*, a governamentalização da racionalidade neoliberal estadunidense, legitimada pelas “psico-ciências”, passou a constituir as bases daquilo que foi denominado por Foucault (2008b) de *homo aeconomicus*, ou seja, um status incorporado de produtividade de si que pensa em termos de ganhos e acúmulos econômicos, retraduzindo sobre uma somatória de potencialidades o seu capital humano.

Isto nos levou a constatar que essas tecnologias de poder prático-discursivas passaram a se inserir na vida dos indivíduos e da população no intuito de servir de propulsão para a busca por atingir fins de excelência, eficiência e competitividade, convertendo isso em resultados de satisfação e realização pessoal e, principalmente, profissional. Deste modo, procuramos entender como essa nova racionalidade neoliberal estadunidense passou a contemplar certas técnicas advindas da administração empresarial concomitantemente às verdades produzidas por meio de relações entre saberes e poderes produzidos pelas “psico-ciências”, que estariam modificando toda uma cultura organizacional e transformando a imagem que temos de nós mesmos, agora não mais sobre a forma de exercício de poderes que propagam deveres e obrigações, mas sim, direitos e liberdades.

Nesse sentido, a racionalidade administrativa passou a ser legitimada pelas “psico-ciências”, transformando a racionalidade prática da execução de tarefas com aproximações de bem-estar e potencialização de seus conhecimentos e proveitos, em gerenciamentos destinados não somente a garantir a vida, mas a produtividade dos indivíduos, tratados como capital humano, fazendo com que toda a população tenha funcionalidades dentro da lógica do mercado. Assim, as tecnologias operadas através dessa simbiose, entre dispositivos empreendedores sobre as subjetividades, é apontado por Rose (2011) como uma relação que alinha aspirações políticas a condutas auto-compreendidas como livres, que agem sobre um jogo coordenado de regulações de investimento, para certas produções com fins de lucratividade.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

_____ Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.

_____ Segurança, Território, População. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.

_____ Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.

PASSETTI, Edson. Anarquismos e Sociedade de Controle. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

PRADO FILHO, Kleber. Sobre o Poder. In Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: UFSC, N.28, p.133-143, outubro de 2000.

_____ Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas. In CAPONI, Sandra et al (org.). Medicalização da Vida – Ética, Saúde Pública e Indústria Farmacêutica. Palhoça: Ed. UNISUL, 2010.

MILLER, Peter & ROSE, Nikolas. Governando o Presente. São Paulo: Ed. Paulus, 2012.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos *Selves*: Psicologia, Poder e Subjetividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

SIQUEIRA, Leandro. Uma genealogia das compulsões. In: Revista Verve, p.140-166, 2010.

http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/texto.php?id_texto=2

GT24 - Saúde e Sociedade

Coordenação: Luiz Antonio de Castro Santos (UERJ) e Márcia Grisotti (UFSC)

A importância dessa temática para a Sociedade Brasileira de Sociologia é sugerida pela necessidade de refletir sobre a relação saúde e sociedade na perspectiva de uma sociologia como artesanato intelectual, tal como proposta por Wright Mills em seu

clássico livro *A Imaginação Sociológica*, eleita como tema do próximo congresso da SBS. A menção às reflexões de Wright Mills tem implicações diretas para o Cuidar em saúde, em particular sua crítica ao “fetichismo do método e da técnica”; do mesmo modo, em *O artífice*, Richard Sennett dedica um capítulo sobre a “mão que segura e toca”, sobre o “ritmo da concentração” e a “lição da força mínima”. Estes são elementos estimuladores para o Grupo de Trabalho sobre Saúde e sociedade, que engloba os seguintes eixos temáticos: a) Teoria e pesquisa nas ciências sociais e saúde, b) Políticas de saúde: a contribuição das ciências sociais; c) Representações sociais em saúde e doença; 4) Riscos e incertezas nos processos de saúde e doença.